

Ajuste resulta em economia de R\$ 15,2 bilhões 30 ABR 2003

ANDREA CORDEIRO

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo está cumprindo a promessa que fez em janeiro para apertar o cinto e reduzir gastos. E o esforço resultou numa economia de R\$ 15,2 bilhões no Governo Central, que reúne Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, entre janeiro e março deste ano. O valor equivale a um superávit primário (recei-

tas menos despesas) de 4,14% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse resultado exclui o total consolidado do setor público, com o desempenho de estados, municípios e estatais, que será divulgado hoje pelo Banco Central. Mas significa que, sozinho, o governo quase atingiu a meta de superávit primário de 4,25% do PIB, acordada com o FMI. Para o primeiro trimestre, a meta do Fundo é que o resultado consolidado signifi-

que economia de R\$ 15,5 bilhões.

A economia feita entre janeiro e março é R\$ 4,6 bilhões maior que a registrada no primeiro trimestre do ano passado, que foi de R\$ 10,6 bilhões. O aumento é de 43,4% em relação a 2002. O desempenho neste ano significa que, entre janeiro e março, o governo quase atingiu a meta de economia definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para os primeiros quatro meses do ano, que é de

R\$ 18,8 bilhões. Só no mês passado, as contas do Governo Central fecharam com superávit primário de R\$ 4,1 bilhões. Não fossem os déficits, no mês, de R\$ 1,5 bilhão da Previdência e de R\$ 13,6 milhões do Banco Central, esse superávit seria maior, da ordem de R\$ 5,7 bilhões.

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, desmentiu que o resultado das contas significa que o governo está "se-

gurando" dinheiro em caixa e não repassando aos ministérios para investimentos. "Os ministérios têm recursos e podem gastar o que está definido dentro dos limites do decreto de contingenciamento (Decreto 4.591, publicado em janeiro). Não estamos segurando (Ministério da Fazenda) os gastos. Apenas permitindo a transferência de recursos dentro do limite de cada pasta", explicou.

Como exemplo de que não há restrição excessiva de gastos, Levy citou as despesas com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), do Ministério das Cidades que, só neste primeiro trimestre, recebeu e gastou R\$ 115,4 milhões, do montante de R\$ 350 milhões para serem gastos o ano todo com o financiamento de habitações para trabalhadores com renda de até um salário mínimo.